

**INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO
E ECONOMIA DO MERCOSUL – ISAE/FGV**
MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE EMPRESAS

MARCELL DE OLIVEIRA SOARES MAIA

**A ABERTURA ECONÔMICA DO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A
ECONOMIA ATUAL**

Curitiba

2015

**INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO
E ECONOMIA DO MERCOSUL – ISAE/FGV**
MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE EMPRESAS

MARCELL DE OLIVEIRA SOARES MAIA

**A ABERTURA ECONÔMICA DO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A
ECONOMIA ATUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de MBA de Gestão Estratégica de Empresas do Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul (ISAE/FGV) como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Estratégica de Empresas.

Orientador: Prof. Msc. Tomas Drunkenmolle

Curitiba

2015

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA DO MERCOSUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO FGV MANAGEMENT
MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE EMPRESAS

O Trabalho de Conclusão de Curso **“A ABERTURA ECONÔMICA DO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ECONOMIA ATUAL”**

Elaborado por MARCELL DE OLIVEIRA SOARES MAIA

E aprovado pela Coordenação Acadêmica do MBA em Gestão Estratégica de Empresas, foi aceito como requisito parcial para obtenção do certificado do curso de pós-graduação, nível de especialização, do Programa FGV Management.

Curitiba, novembro de 2015.

Prof. Dr. José Carlos Franco de Abreu

Coordenador do Curso

Prof. Msc. Tomas Drunkenmolle

Orientador do TCC

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar presente em minha vida.

Agradeço em particular a meus colegas de classe, em particular Caio Di Nisio e Marcelo Fiel, que contribuíram de forma inestimável para o enriquecimento de minha formação acadêmica neste MBA através do compartilhamento de suas histórias pessoais e profissionais.

Quero agradecer também a Agro Industrial Pinhais Ltda. e a todos seus colaboradores pelo apoio inestimável.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao apoio incondicional da minha família, especialmente da minha companheira Tania Ferreira, durante a longa jornada desse MBA.

“O que distingue uma época econômica de outra, é menos o que se produziu do que a forma de se produzir.” (Karl Marx)

SUMÁRIO

RESUMO	7
INTRODUÇÃO	9
1 O DESAFIO DA ABERTURA ECONÔMICA	11
1.1 A REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA MUNDIAL DOS ANOS 1980.....	11
1.2 A HISTÓRIA DA ABERTURA ECONÔMICA DOS ANOS 1990.....	14
1.2.1 Plano Collor I.....	16
1.2.2 Plano Collor II	18
2 ACORDOS COMERCIAIS E A ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 1990	21
2.1 ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA A PARTIR DO PLANO REAL – A PARTIR DE 1994	21
2.2.1 O Impacto dos fluxos de comércio intra-regional sobre a produção interna.....	25
3 CONSEQUÊNCIAS DA ABERTURA ECONÔMICA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA ATUAL	27
3.1 A ECONOMIA NA ATUALIDADE – 2015	30
3.1.1 Possíveis alternativas para a recuperação da economia.....	31
CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37

RESUMO

Este estudo intenciona apresentar uma reflexão sobre a abertura econômica de 1990 e sua importância para a economia do Brasil nos dias atuais. Buscando responder à questão: “Quais as implicações que a abertura econômica brasileira gerou para a economia do Brasil da atualidade?”, levou-se em conta durante este estudo que a abertura econômica de 1990 contribuiu de forma significativa para a economia do Brasil dos dias atuais. Na década de 1990, a dinâmica da economia brasileira sofreu grandes alterações, decorrentes não somente de uma política de estabilização, o que garantiu a redução do processo inflacionário, mas também de mudanças no âmbito das empresas, que se alinharam a um novo padrão tecnológico e organizacional predominante nos países capitalistas avançados. Na eminência dos anos de 1990, a nova proposta de desenvolvimento econômico, alicerçado na abertura econômica, entre outros aspectos, e a política de estabilização, a partir de julho de 1994, propiciaram o realinhamento da economia brasileira a um novo contexto do desenvolvimento capitalista mundial em que palavras como globalização e o neoliberalismo tornaram-se representativas para a transformação da economia até chegar aos dias atuais. Ao final, a revisão de literatura concluiu que a estabilidade econômica iniciada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, juntamente com as melhorias sociais e a maior credibilidade internacional conquistada durante o governo Lula, não encerraram as desigualdades existentes no país ou mesmo modernizaram plenamente a nossa estrutura produtiva, mas apontaram novos rumos para uma nação que esteve muito tempo atrelada apenas ao atraso econômico, corrupção crônica e ao endividamento externo.

Palavras-chave: Abertura Econômica. Plano Collor. Plano Real. Economia.

ABSTRACT

This study intended to present a reflection on the economic liberalization of 1990 and its importance for Brazil's economy today. Seeking answering the question: "What are the implications that the Brazilian economic opening led to the present Brazil's economy?", it was taken into account during this study that economic opening in 1990 contributed significantly to the present day Brazil's economy. In the 1990s the dynamics of the Brazilian economy suffered resulting changes not only of a stabilization policy, ensuring the reduction of inflation, but also changes in the companies that have lined up a new dominant technological and organizational pattern in countries advanced capitalist. On the verge of the 1990s, the new proposal of economic development, based on economic openness, among other things, and stabilization policy, starting in July 1994 led to the realignment of economic Brazil to a new context of world capitalist development where words like globalization and neoliberalism became representative for the transformation of the economy to reach the present day. At the end of the literature review concluded that economic stability initiated by the government of Fernando Henrique, along with the social improvements and greater international credibility gained by the Lula government, not closed inequality in the country or even fully modernized our production structure, but They pointed out new directions for a nation that was very time linked to the economic backwardness, chronic corruption and foreign debt.

Keywords: Economic Opening. Collor Plan. Real plan. Economy.

INTRODUÇÃO

A economia brasileira no início dos anos 1990 estava em um contexto econômico adverso, uma vez que a globalização financeira e produtiva desenvolvia-se rapidamente, exigindo assim, que as autoridades monetárias tomassem decisões arrojadas, como a estabilização da economia, no sentido de preparar o Brasil para inserção no mercado internacional.

Desse modo, implantou-se uma política econômica de abertura, voltada a inserir o país no contexto global, que se iniciou em 1990 durante o governo de Fernando Collor e culminando com o advento do Plano Real, que objetivou a estabilização monetária e a modernização da economia brasileira, ou seja, a abertura comercial aliada ao processo de desindexação, a apreciação da taxa de câmbio, a política de redução de tarifas públicas, e o processo de redução de alíquotas de importação. O resultado foi uma alteração substancial do parque industrial nacional, além da implantação da cadeia produtiva adequada aos padrões internacionais de qualidade e a utilização de tecnologias avançadas (VIEIRA, 2003).

As importações de produtos modernos, baratos e de alta qualidade, cresceram muito, acabaram por prejudicar sensivelmente as empresas nacionais que não estavam preparadas tecnologicamente para competir com os produtos estrangeiros. Mas por outro lado, as exportações declinaram sensivelmente, levando-se em conta que os processos produtivos não se encontravam modernizados para fazer frente aos concorrentes externos, aliado ao custo Brasil e à apreciação da taxa de câmbio, situação que dificultou muito a colocação dos produtos junto aos compradores internacionais (FERRARI FILHO, 2001, apud VIEIRA, 2003).

Nesse contexto, a balança comercial apresentou sucessivos *déficits* a partir de 1995, porém, o parque produtivo instalado no Brasil já alcançava bons níveis de modernização e a estabilidade monetária apresentava sinais positivos.

Apesar de essa estabilidade monetária apresentar sinais positivos, as sucessivas crises no mercado internacional ocasionaram um alto ataque ao Plano Real, determinando a vulnerabilidade externa da economia brasileira e, por conseguinte, ocasionando perdas importantes das reservas internacionais.

Com isso, ao final de 1998, o Brasil apresentava sérios desequilíbrios macroeconômicos, o que determinou que as reservas internacionais não pudessem mais ser consideradas um refúgio contra o ataque especulativo ao Brasil. Desta forma, a solução encontrada naquele período foi fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional, garantindo à economia brasileira um aporte de U\$ 40,0 bilhões (FERRARI FILHO, 2001).

Nesse sentido, o que se questiona é se a abertura econômica de 1990 foi vantajosa para a economia brasileira, e se esta abertura contribuiu para a internacionalização da economia brasileira.

O objetivo geral do presente trabalho é apresentar uma reflexão sobre a abertura econômica de 1990 e sua importância para a economia do Brasil nos dias atuais. Levando-se em conta de que na década de 1990 a dinâmica da economia brasileira sofreu alterações decorrentes não somente de uma política de estabilização, o que garantiu a redução do processo inflacionário, mas também de mudanças no âmbito das empresas que se alinharam a um novo padrão tecnológico e organizacional predominante nos países capitalistas avançados.

Na eminência dos anos de 1990, a nova proposta de desenvolvimento econômico, alicerçado na abertura econômica, entre outros aspectos, e a política de estabilização, a partir de julho de 1994, propiciou o realinhamento da economia brasileira a um novo contexto do desenvolvimento capitalista mundial em que palavras como globalização e o neoliberalismo tornaram-se representativas para a transformação da economia até chegar aos dias atuais.

Desta forma, este estudo apresenta inicialmente a reestruturação da economia mundial nos anos de 1980; analisa o Governo de Fernando Collor de Mello; o Governo de Fernando Henrique Cardoso e a história da abertura econômica dos anos 1990; destacam-se também os impactos da abertura comercial e da estabilização da economia brasileira dos anos 1990. Na seqüência, apresentam-se os principais acordos comerciais e a estabilização da economia brasileira. Por fim, demonstram-se os impactos que a abertura econômica teve para a economia brasileira; a economia na atualidade de 2015 e ao final apresentam-se algumas possíveis alternativas para recuperação da economia.

1 O DESAFIO DA ABERTURA ECONÔMICA

A partir de 1988, teve início a implementação de uma política de importação, com a intenção de induzir a uma alocação mais eficiente de recursos através da competição externa, pois o contexto interno era protecionista. Foram realizados, então, três programas de reduções tarifárias, respectivamente, nos períodos de 1988-1989, 1991-1993 e 1994, seguidos de um pequeno retrocesso no período 1995-1998, quando o financiamento de déficits comerciais crescentes, proporcionados tanto pela valorização da taxa de câmbio como pela ampliação da abertura comercial no início do Plano Real, tornou-se inviável em decorrência da crise mexicana de dezembro de 1994 (KUME, 2003).

Inicialmente, para tentar responder ao objetivo e problemática inicial deste estudo, é preciso apresentar, descrever e avaliar os efeitos das diversas políticas de importação aplicadas no período 1987-1998, que permitiram uma integração maior da economia brasileira ao comércio internacional. Além desta seção introdutória, o capítulo é dividido em três partes.

1.1 A REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA MUNDIAL DOS ANOS 1980

O início de uma nova década é sempre uma oportunidade para rever o passado, e principalmente, especular acerca do futuro. Os anos 80 foram particularmente difíceis para a América Latina.

Do ponto de vista estritamente econômico, o continente pouco cresceu. A simultaneidade de desequilíbrios externos e internos limitou as possibilidades de expansão do produto real. Em alguns países houve sensível deterioração dos padrões de vida, com profundos processos depressivos associados à explosão inflacionária. Dívida externa e hiperinflação estiveram presentes em quase todas as discussões sobre a evolução da economia.

Até o final da década de 1980, a industrialização brasileira, baseada no processo de substituição de importações, e as recorrentes crises cambiais, geraram uma política de importações que permitia, apenas, a entrada no país de bens sem similar nacional ou de bens necessários para suprir um eventual excesso de demanda.

Essa política apoiava-se em tarifas aduaneiras elevadas, controles discricionários, como, por exemplo, lista de produtos proibidos, limite máximo anual de compras externas por empresa, entre outros, e regimes especiais de tributação pelos quais uma parcela substancial das importações era favorecida com redução ou isenção da tarifa.

Essas políticas viabilizaram um parque industrial relativamente amplo e diversificado, mas acomodado ao protecionismo exagerado e, portanto, incompatível com o propósito de integração competitiva da indústria brasileira no comércio internacional.

O Brasil foi um dos poucos países que conseguiram acumular algum crescimento positivo ao longo da década, perdendo, apesar disso, a capacidade de sustentar taxas elevadas de expansão. Pelo contrário, o padrão observado foi de intensa variabilidade: alguns anos com crescimento negativo (1981) e outros fortemente positivos (1986) (LANGONI, 1993).

Para ANJOS (2008, p.3):

O desenvolvimento capitalista mundial entra em processo de desaceleração na década de 1970, depois de enfrentar uma expansão econômica sem precedentes, cuja origem encontra-se no pós-Segunda Guerra Mundial. O crescimento foi liderado pela economia norte-americana que, ao definir uma nova forma de integração com a economia mundial, garantiu a dinamização das demais economias capitalistas com a expansão de sua estrutura industrial e dos respectivos padrões de consumo baseado em bens duráveis.

Os empresários, para diminuir o custo médio de produção, cortaram os custos de mão de obra para disporem dos recursos financeiros necessários aos novos investimentos destinados a repor o maquinário; adquiriram máquinas e equipamentos distintos; e introduziram tecnologias de processos e produtos capazes de aumentar as condições de competitividade para enfrentar a acirrada concorrência.

LANGONI (1993, p.153) destaca que:

A crise dos anos 80 e as sucessivas elevações dos patamares inflacionários evidenciaram a incapacidade de sistemas amplos de indexação para neutralizar seus efeitos distorcivos. A amarga convivência com a quase hiperinflação levou ao paradoxo de que mesmo reajustes de salários semanais não eram suficientes para evitar perdas de remuneração real. Não era mais possível continuar buscando a utópica conciliação entre inflação e crescimento.

Destaque-se que, na década de 1980, ocorreu uma aceleração das mudanças tecnológicas nos países desenvolvidos, lideradas pelas tecnologias de informação (microeletrônica, computação e telecomunicações), com impacto nas estruturas industriais. Além disso, a integração dos mercados financeiros e de capitais, possível com o fim das restrições à entrada do capital internacional nos mercados nacionais, desemboca na chamada globalização financeira. As inovações tecnológicas e a globalização financeira são indicativos das transformações verificadas a partir dos anos de 1980 que impactaram sobre a economia mundial, em particular nos países em desenvolvimento, como no caso do Brasil.

O resultado foi a emergência de um ambiente mais competitivo, tornando as inovações um elemento estratégico central na busca da competitividade das empresas. A expansão das redes de cooperação tecnológica, entre as empresas dos países capitalistas, foi uma das respostas para enfrentar o ambiente competitivo na premência de incorporação e desenvolvimento de tecnologias., estabelecendo mudanças na reformas de inter relacionamento entre as grandes empresas (ANJOS, 2008, p.2).

Portanto, de certa forma, os anos 80 marcaram a transição de uma estratégia de desenvolvimento que atingiu seus limites externos (crise da dívida externa) e internos (quase hiperinflação) para um novo modelo, cujos contornos somente agora começaram a ser delineados. Essa gestação sofre influência não apenas da própria evolução do quadro interno, mas também das intensas transformações que vem ocorrendo na economia mundial.

Segundo GUIMARÃES (2004), "... a partir dos anos 80, a globalização se constituiu em marca essencial da estratégia de negócios na petroquímica. As empresas procuraram disseminar unidades produtivas fora das suas sedes, em diferentes mercados e regiões, de modo a eliminar ou reduzir toda sorte de barreiras". Foi marcante, no período, o processo de reestruturação, caracterizado por diversificação produtiva, integração em torno do negócio principal.

Segundo KUME (2003, p.9):

No final de 1987, a Comissão de Política Aduaneira (CPA) propôs uma mudança na política de importação, centrada em três pontos: a redução das tarifas para níveis compatíveis com o diferencial de preços internos e externos vigentes, eliminando-se as parcelas redundantes; a supressão dos regimes especiais, à exceção dos vinculados aos acordos internacionais, à exportação, ao desenvolvimento regional e à Zona Franca de Manaus; e a eliminação dos tributos adicionais, tais como IOF, TMP e AFRMM incidentes sobre as importações.

Sob pressão de grupos que teriam seus privilégios reduzidos, o governo optou, em junho de 1988, por uma reforma menos abrangente: fixou tarifas menores, mas superiores à sua proposta inicial, mantendo-se ainda uma parcela redundante substancial, extinguiu a cobrança do IOF e da TMP e eliminou, apenas parcialmente, os regimes especiais de importação.

Em síntese, a reforma implementada pela CPA não foi bem sucedida na tentativa de eliminar a maioria dos regimes especiais. No entanto, logrou certa racionalização do instrumento tarifário, embora sem efeitos significativos sobre o grau de proteção à indústria interna (KUME 2003).

Nos anos 90, essa reestruturação assumiu a forma de um intenso movimento de fusões, incorporações, cisões, trocas de posições acionárias e de ativos operacionais, parcerias em novos negócios, desativações de unidades produtivas, especializações em ramos complexos e redirecionamento de negócios, de uma grande e agressiva flexibilidade nas estratégias dos negócios.

1.2 A HISTÓRIA DA ABERTURA ECONÔMICA DOS ANOS 1990

No Brasil, nos anos 1990, a abertura econômica provocou impactos na indústria, acarretando transformações no processo produtivo, na gestão e organização do trabalho, nas relações entre empresas, nas relações de trabalho, bem como na dinâmica espacial.

Na década de 1990, a dinâmica da economia brasileira sofreu alterações decorrentes não somente de uma política de estabilização, que garantiu a redução do processo inflacionário, mas também de mudanças no âmbito das empresas que se alinharam a um novo padrão tecnológico e organizacional predominante nos países capitalistas avançados.

Para GOMES (2009, p.83):

No Brasil, nos anos 1990, no Governo Fernando Collor a política de abertura econômica indiscriminada ao exterior, inspirada no neoliberalismo, afetou a base da indústria nacional, provocando a desintegração/desarticulação da cadeia produtiva, acarretando na “destruição” de parte significativa da estrutura e do emprego.

As mudanças resultantes da abertura econômica afetaram a indústria nacional. De um lado, houve falências, fusões, aquisições de empresas, e

privatizações, contribuindo para redução dos postos de trabalho e deterioração das relações de trabalho e, do outro lado, as empresas passaram a buscar por inovações tecnológicas mais efetivas, por novas formas gestão da mão de obra e por estratégias de produtividade e qualidade para fazer frente à concorrência internacional (GOMES, 2009).

Ao tomar posse, em março de 1990, o novo governo anunciou medidas que alteraram profundamente a condução da política de comércio exterior do país. Simultaneamente à flexibilização do regime cambial, foi deslançado um programa de liberalização das importações, cujos primeiros passos foram dados através da imediata extinção da lista de produtos com emissão de guias de importação suspensa e dos regimes especiais de importação, à exceção do drawback da Zona Franca de Manaus, que beneficiava bens de informática e os acordos internacionais.

Seguiu-se, em julho do mesmo ano, a extinção dos programas de importação das empresas. Com o fim dos mais importantes controles administrativos, cabia à tarifa aduaneira o papel principal no estabelecimento de uma proteção adequada à indústria local.

Nesse sentido, destaca KUME (2003, p.9): “poucos meses depois, era anunciada a reforma tarifária, pela qual as tarifas de todos os produtos sofreriam reduções graduais ao longo dos quatro anos seguintes, ao final dos quais seria atingida uma tarifa modal de 20%, dentro de um intervalo de variação de 0% a 40%.”.

A nova política de importação buscava promover uma reestruturação produtiva, em que o diferencial de custos de produção interno e externo não superasse um determinado parâmetro.

Nesta década dois planos foram implantados para tentar diminuir a inflação e pagar a dívida externa do Brasil. Os planos Collor I e II direcionaram a política econômica durante os dois anos de governo do ex-presidente Fernando Collor, marcados na história principalmente pelo confisco da caderneta de poupança – a mais drástica entre as tentativas de combate aos altos índices de inflação que vigoraram no país.

1.2.1 Plano Collor I

O Plano Collor I agrega o conjunto de políticas de equilíbrio que incluíram a limitação ou o cancelamento da liquidez de haveres monetários (moeda manual e depósitos à vista) ou da conversibilidade de haveres financeiros em moeda. Tais restrições assumiram formas variadas, desde desvalorização nominal, alongamento compulsório de prazos com bloqueio temporário até repúdio e anulação de créditos. Houve dezenas de programas com medidas desse tipo no Século XX, a maioria na sequência de guerras e hiperinflações, mas eles pouco esclarecem sobre os casos latino-americanos das últimas décadas, como o Plano Collor.

A expressão bloqueio da liquidez é a mais precisa para designar essas iniciativas, por enfatizar o traço específico que a distingue de outras: a suspensão (parcial ou total, temporária ou definitiva) do direito ao exercício da liquidez de ativos financeiros.

Para CARVALHO (2006, p.3):

O plano tinha fortes raízes na reflexão brasileira e na experiência de política econômica da época. A forma de bloqueio da liquidez é semelhante a medidas adotadas em dezenas de eventos anteriores no século XX, em diferentes regiões. As formas comuns, porém, resultam de objetivos muito diversos e enfrentavam problemas igualmente díspares. Assim, as raízes e as motivações do Plano Collor devem ser buscadas nas circunstâncias e nas discussões brasileiras de então.

A opção da equipe de econômica de Collor, capitaneada pela Ministra Zélia Cardoso de Mello, foi pelo bloqueio da liquidez, e se deu em meio ao quadro de ameaça de hiperinflação, sendo discutida por um grupo de pessoas muito reduzido e em condições de sigilo.

A opção foi muito condicionada pela descrença na possibilidade de êxito das demais alternativas em análise ou das implementadas nos anos anteriores. O reconhecimento dessas raízes profundas não autoriza conclusões de que o bloqueio fosse inevitável ou de que tenha sido a opção mais adequada.

Para CARVALHO (2006, p.41):

O governo utilizou uma nova abordagem em março de 1990, reconhecendo explicitamente o papel excessivo do endividamento público. De fato, o grande estoque de títulos públicos indexados, a maior parte em poder de agentes domésticos, implicava a necessidade de contínuo refinanciamento.

Durante o período de hiperinflação, o Banco Central precisava, então, validar os aumentos de taxas de juros exigidos pelo mercado para a rolagem da dívida pública. Essa atuação ratificava as expectativas inflacionárias e na prática, tornou endógena a política monetária.

O Plano Collor I introduziu o congelamento dos preços por dois meses, adotou um novo sistema de câmbio e reteve compulsoriamente (congelamento) os depósitos financeiros e investimentos com saldos superiores a CR\$ 50 mil (aproximadamente US\$ 1,3 mil à época).

Diversamente dos planos anteriores, o déficit fiscal estrutural foi diagnosticado como sendo consequência da ineficácia dos expressivos dispêndios públicos, particularmente da crescente duplicidade de funções entre os governos estaduais e municipais, acrescida dos subsídios e privilégios e a eliminação de esquemas de incentivos e subsídios. Instituiu-se um novo programa de privatizações (MARTINS, 2001).

O Plano Collor procurou enfrentar as três questões conjuntamente. O plano partia da convicção de que uma política monetária efetiva seria inviável sem que se eliminasse a moeda indexada, mas aceitava que não seria possível desmontar a indexação de um golpe, sob risco de “fuga” em massa dos aplicadores. Decidiu-se, assim, bloquear os haveres financeiros para ordenar a monetização e devolver ao BCB as condições para controlar a oferta de moeda, sem a necessidade de recorrer a taxas de juros muito altas que pressionariam a dívida pública. Tais recursos deixariam de ser moeda indexada não pelo fim das regras de indexação, mas por estarem se recompondo as condições “normais” do mercado monetário e do sistema financeiro. (CARVALHO, 2003, p.3).

A medida decisiva do Plano Collor foi o bloqueio da liquidez da maior parte dos haveres financeiros, com exceção do papel-moeda. Criou-se uma nova moeda, o Cruzeiro (denominação da moeda brasileira até 1986, quando foi substituída pelo Cruzado, e depois pelo Cruzado Novo, em 1989), para a qual os haveres existentes seriam convertidos de acordo com regras diferenciadas, após o pagamento de 8% de IOF (imposto sobre operações financeiras).

Os valores em cruzados novos bloqueados ficariam recolhidos no BCB por 18 meses, recebendo juros de 6% ao ano mais correção monetária, e seriam liberados em 12 parcelas mensais depois de 18 meses. O papel-moeda teve conversão imediata para cruzeiros. Nos demais haveres retidos, cada pessoa podia converter de imediato apenas Cr\$ 50 mil (pelo câmbio oficial, US\$ 1.300,00; pelo câmbio paralelo, US\$ 610,00). Recursos dos tesouros dos três níveis de governo ficaram livres do bloqueio e do IOF especial. (CARVALHO, 2003, p.3).

O Plano Collor I queria derrubar a inflação de imediato, mas para tanto bastaria um congelamento de preços. Com o bloqueio se pretendia assegurar que as pressões inflacionárias não fossem repostas logo em seguida, como ocorrera de forma cada vez mais rápida e intensa nos três choques heterodoxos dos anos anteriores.

Segundo CURY e GASPARIN (2012, p.1):

A medida mais controversa foi o “confisco” da poupança, que determinou que as quantias superiores a 50 mil cruzados novos depositadas em contas de poupança fossem bloqueadas e remetidas ao Banco Central. O raciocínio era simples: reduzir a quantidade de dinheiro disponível na economia, para que as pessoas não tivessem como comprar, controlando assim os preços.

A moeda, que era o Cruzado Novo, voltou a se chamar Cruzeiro. Os Cruzados Novos retidos, contudo, continuaram a existir. O plano previa que eles ficariam presos por 18 meses e depois seriam devolvidos em 12 prestações, mas na moeda nova. O custo da medida, contudo, foi alto, conforme avalia CURY e GASPARIN (2012, p.2): “Para as pessoas envolvidas, a coisa foi dura, como para uma pessoa que vendeu uma residência, colocou o dinheiro no banco, e não pode comprar outra”.

Portanto, a implantação do Plano Collor I enfrentou alguns problemas. Os leilões dos depósitos retidos para permitir a troca da moeda velha pela nova nunca aconteceram. Dessa forma, o Banco Central teve que restabelecer a liquidez por meio do adiantamento dos compromissos do setor bancário, denominados na nova moeda, e da introdução de exceções para a retenção de depósitos. Consequentemente, a inflação tornou-se ainda mais forte.

1.2.2 Plano Collor II

Diante da incapacidade do Plano Collor I de controlar efetivamente a inflação, em janeiro de 1991 o governo Collor anunciou seu segundo plano, que também buscava estimular a indústria nacional, que ia mal, fazendo que o desemprego aumentasse.

“Foi uma medida de emergência para impedir que a inflação voltasse. Foi um plano baseado em congelamento (...), sabendo que a eficácia desse tipo de coisa é limitada” (CURY e GASPARIN, 2012).

As taxas de inflação atingiram patamares em torno de 20% ao mês. “Com isso foram implantadas uma série de medidas que estão sendo usadas até hoje,

flexibilizando o câmbio, criando a indústria de fundos” (CURY e GASPARIN, 2012, p.44).

O plano Collor II, implantado um ano depois, adotou novo congelamento de preços e novas iniciativas para reformar o sistema financeiro. Em maio de 1991, o plano foi abandonado e negociações com o FMI foram retomadas, juntamente com a imposição de maior austeridade fiscal. A primeira privatização de grande porte, a do setor siderúrgico, foi iniciada. Tentativas adicionais de implementar uma estabilização mais ampla, contudo, foram adiadas em função da turbulência política relacionada à cassação do mandato do presidente Collor de dezembro de 1992 (CURY e GASPARIN, 2012, p.44),

Um dos fundamentos do Plano Collor era a convicção de que, com o bloqueio da liquidez, o BCB recuperaria o controle da oferta de moeda e poderia ordenar a monetização, de forma a separar a moeda demandada para transações da moeda demandada para especulação. A experiência do bloqueio demonstrou a impossibilidade de separar a demanda por moeda para fins especulativos e para giro dos negócios, dentro do conjunto formado pela moeda indexada e pela moeda convencional. O objetivo de controlar a monetização falhou, no essencial, por este motivo.

Em fevereiro de 1992, o governo, procurando estimular mais rapidamente a competição externa como mecanismo de controle de preços internos, antecipou as duas etapas finais do cronograma de redução tarifária, previstas originariamente para janeiro de 1993-1994, para outubro daquele ano e julho de 1993.

Em resumo, destaca KUME (2003, p.16), “o cronograma de redução gradativa de tarifas foi integralmente cumprido, de modo que no segundo semestre de 1993 as importações eram controladas apenas por tarifas — em níveis compatíveis com os padrões vigentes em outras economias em desenvolvimento — e, sobretudo, sem barreiras artificiais”.

Após a introdução do Plano Real, a abertura comercial foi intensificada em função da necessidade de impor maior disciplina aos preços domésticos dos produtos importáveis. Neste sentido, foram também antecipadas as quedas das alíquotas do imposto de importação, decorrentes da implementação da tarifa externa comum (TEC) do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). As modificações promovidas em 1994 podem ser resumidas da seguinte forma:

- a) diminuição das alíquotas do imposto de importação para 0% ou 2%, sobretudo nos casos de insumos e bens de consumo com peso significativo nos índices de preços, como mecanismo auxiliar no combate

à inflação; e b) antecipação para setembro de 1994 da TEC do MERCOSUL que vigoraria a partir de janeiro de 1995. Como regra geral, nos casos em que ocorreria uma elevação da tarifa, em virtude de a tarifa vigente no Brasil ser inferior à aprovada no Mercosul, foi mantida a menor alíquota (KUME, 2003, p.10).

Assim, a partir de meados de 1994, a condução da política de importações esteve crescente e fortemente dominada pelo objetivo de garantir o sucesso do plano de estabilização, resultando em uma escalada de iniciativas, às vezes intempestivas, destinadas a ampliar a abertura comercial.

2 ACORDOS COMERCIAIS E A ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 1990

2.1 ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA A PARTIR DO PLANO REAL – A PARTIR DE 1994

Em junho de 1993, a taxa de inflação mensal encontrava-se novamente em torno de 30% e um novo plano de estabilização foi delineado. Segundo MARTINS (2001, p.45):

Propôs-se o tratamento do componente inercial da inflação por meio da sincronização de todas as regras de indexação da economia, de forma a evitar o congelamento de preços, que distorceria os preços relativos. Com essa finalidade, foi criada uma nova unidade de conta, a Unidade Real de Valor (URV). O Banco Central publicava tabela com a taxa diária de conversão entre a URV e a moeda doméstica (o cruzeiro real). Preços, salários e contratos foram convertidos em URV, entre março e junho de 1994, usando a taxa média calculados para o período entre novembro de 1993 e fevereiro de 1994.

Nesse contexto, todos os preços foram rapidamente alinhados, ancorados pela URV. Esse mecanismo permitiu ao governo substituir, posteriormente, a URV pela âncora cambial. Em julho de 1994, a reforma monetária foi introduzida, com a adoção de uma nova moeda, o Real, cujo valor correspondia simplesmente ao da URV. Nesse momento, o governo deixou que a taxa de câmbio flutuasse para encontrar o nível de equilíbrio entre os preços internos e externos.

A Unidade Real de Valor foi instituída pela Medida Provisória n° 434, de 27/02/1994, ao se deflagrar a segunda fase do programa de estabilização anunciado no final de 1993. Já na divulgação inicial do programa, a URV era definida como um "indexador contemporâneo", ou seja, segundo HORN (2002, p. 2) "... uma unidade de referência cujo valor nominal é corrigido em intervalos mais curtos de tempo e com base na melhor estimativa da inflação corrente".

Tal formulação foi reafirmada, posteriormente, na exposição de motivos da MP que lançou a URV: "A URV é uma unidade estável de valor, que passa a integrar o Sistema Monetário Nacional. Sua cotação em cruzeiros reais será corrigida diariamente, acompanhando a perda de poder aquisitivo do cruzeiro real" (BRASIL, 1994).

Os princípios da URV remontam aos debates sobre a estabilização brasileira havidos na primeira metade dos anos 80. Mais precisamente, sua origem está na

proposta de moeda indexada, defendida por Pécio Árida e André Lara-Resende como instrumento de uma política anti-inflacionária, elo transitório entre um regime de moeda fraca e outro de moeda estável.

No Plano Larida, previa-se a circulação efetiva de duas moedas (o cruzeiro antigo e o novo cruzeiro), sendo uma delas indexada, protegida contra a inflação. Nas palavras dos autores: "Durante o período de transição, NCs [novos cruzeiros] e cruzeiros circulariam lado a lado. O NC teria paridade fixa com a ORTN e o dólar. A circulação em paralelo da nova moeda confere-lhe credibilidade. Os agentes observam que o NC se aprecia diariamente em relação ao cruzeiro, e o nível de preços em NCs, ao menos na fase de transição, permanecerá estável" (ÁRIDA, LARA-RESENDE, 1986, p. 25).

Segundo MARTINS (2001, p. 45):

A situação fiscal desse período mereceu especial atenção. A emenda constitucional aprovada em fevereiro de 1994 reduziu a vinculação de receitas e conferiu ao Tesouro Nacional controle mais efetivo sobre a execução orçamentária. Além do incremento na arrecadação tributária, essa medida resultou na obtenção de importante superávit primário. A abertura comercial foi acelerada de forma a estimular a concorrência no mercado doméstico e atenuar a pressão potencial sobre os preços à medida que a demanda se recuperava.

A confiança internacional nas reformas e o elevado diferencial entre os juros internos e externos introduziram a um rápido influxo de capitais, implicando a rápida apreciação do Real. Ao final de 1994, o Brasil retomou a trajetória de crescimento.

Todas essas medidas criaram condições para o declínio acentuado da inflação, sem a necessidade de congelamento de preços. Somente a partir de 1995, o Banco Central introduziu um regime cambial (semi) fixo, objetivando a criação de uma âncora nominal para a economia, cuja viabilidade dependia de financiamento externo. A taxa de câmbio podia flutuar dentro de uma banda estreita, cujos limites estavam sujeitos a ajuste.

A estabilização macroeconômica produziu muitas mudanças na economia brasileira. Os substanciais efeitos regressivos do imposto inflacionário foram eliminados e verificou-se um aumento acentuado na renda real dos segmentos mais pobres da população. A estabilização macroeconômica também interagiu com a estrutura microeconômica da economia do país nos estados e setores (MARTINS, 2001, p.45).

Como vimos, os segmentos de mais baixa renda da população tinham acesso limitado à proteção fornecida pela indexação. Com a interrupção abrupta do processo inflacionário, o aumento definitivo dos rendimentos reais pode ser significativo, a exemplo do que aconteceu com o Plano Cruzado em 1986, que resgatou da pobreza aproximadamente 20 milhões de pessoas. O fracasso desse plano de estabilização, entretanto, significou o retorno, em 1987, ao nível anterior de pobreza.

Efeito semelhante, embora menos acentuado, foi verificado durante os planos Collor no início dos anos 1990. O Plano Real, por sua vez, exerceu impacto ainda maior.

Conforme pesquisa domiciliar, o nível de pobreza reduziu-se de 41,7% em 1993 (IBGE, 1999), para 33,9% em 1995, retirando aproximadamente 10 milhões de pessoas da pobreza. Em contraste aos planos anteriores, a desinflação continuada consolidou o baixo nível de pobreza da população, em torno de 33% das famílias, ou seja, 50 milhões de pobres (MARTINS, 2001).

A rápida desinflação nos primeiros anos do Plano Real, em sequência aos ganhos de produtividade obtidos anteriormente, estimulou as empresas a investirem. Nesse novo ambiente, ocorreu um pequeno surto de investimento durante os anos de 1995 a 1997. Segundo MARTINS (2001, p.51):

A aceleração do nível de investimento correspondeu principalmente à adoção de modernos equipamentos que apresentavam alta produtividade marginal. Esse tipo de investimento apresentou taxa de retorno elevada, uma vez que as condições de financiamento, até mesmo do principal banco de desenvolvimento, o BNDES, eram ainda bastante rigorosas. Paralelamente, a liberalização comercial criou oportunidades para a importação de máquinas e equipamentos.

Também a produtividade da mão-de-obra cresceu acentuadamente. Entre os anos de 1991 e 1994, a elevação de produtividade foi obtida por meio de redução de empregos. Posteriormente, “os ganhos foram associados à introdução de novos equipamentos poupadores de mão de obra e capazes de reduzir custo” (MARTINS, 2001, p. 51). Ou seja, o ciclo de investimento verificado entre 1995 e 1997 intensificou a utilização do fator capital na economia.

Tal evolução revelou um aspecto positivo do rigoroso ajuste no mercado de trabalho descrito anteriormente. Infelizmente, à medida que as condições macroeconômicas se deterioravam novamente após 1997, as expectativas

sofreram reversão, então o ciclo de investimento não pôde ser prolongado o suficiente para gerar as melhorias esperadas em termos de crescimento e de emprego.

À vista das experiências brasileiras de desestabilização que sugeriam que a desinflação sustentada só seria possível se reformas estruturais fossem implementadas – especialmente aquelas relativas à reforma do Estado – e se o financiamento externo pudesse ser mantido, o governo propôs em de 1995 uma série de emendas constitucionais. “Essas medidas foram necessárias para se efetivar a reestruturação do sistema de previdência social e a alteração das condições de emprego e da aposentadoria dos servidores públicos” (MARTINS, 2001, p. 52).

Diante desses fatos, os gestores econômicos brasileiros precisavam ganhar tempo nas áreas fiscal e externa. De 1996 ao final de 1998, o governo acelerou o programa de privatização, obtendo recursos para financiar o déficit público.

Dado que as privatizações no setor de serviços atraíram grandes fluxos de capital estrangeiro, as pressões do crescente déficit em transações correntes foram atenuadas. A demora na implementação das reformas estruturais foi onerosa para a economia, notadamente em termos de elevadas taxas de juros.

Em novembro de 1997, como medida para reduzir o déficit em transações correntes diante da crise financeira internacional, o governo aumentou temporariamente as tarifas em 3 pontos percentuais.

2.2 ACORDOS COMERCIAIS APÓS OS ANOS 1990

Em março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, que estabeleceu a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) em quatro anos, a partir de quando deveria prevalecer a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção.

O Mercosul, depois de cumprida a fase de transição, no período 1991-1994, em que as tarifas no comércio intra-regional foram linearmente reduzidas, entrou em vigor em janeiro de 1995, como uma união aduaneira imperfeita, permitindo o livre fluxo de comércio intra-regional exclusivamente para bens — com algumas exceções —, associado a uma TEC que deverá estar totalmente implementada em 2006. Ainda que esse resultado atenda apenas parcialmente às características de um mercado comum, o resultado alcançado é apreciável, principalmente diante das dificuldades superadas, tais como o curto período para a sua

implementação, o passado protecionista de seus membros, a ausência de estabilização macroeconômica e as divergências políticas anteriores entre os países sócios, que apontavam para mais um fracasso no processo de integração, reproduzindo as experiências anteriores na América Latina (KUME, 2003, p.40).

Dentre os principais resultados alcançados, merecem destaque o aumento do fluxo de comércio intra-regional, cuja participação no comércio total passou de 13%, em 1991, para 22,4%, em 1998, e o acordo na elaboração da TEC, com média de 12% e amplitude de 0% a 20%, dentro do prazo de quatro anos, a partir de grandes diferenças nas tarifas nacionais. (KUME, 2006).

2.2.1 O Impacto Dos Fluxos De Comércio Intra-Regional Sobre A Produção Interna

O objetivo deste capítulo é avaliar, sob a ótica brasileira, o impacto dos fluxos de comércio intra-regional sobre a produção doméstica e as mudanças provocadas pela TEC sobre a taxa de proteção efetiva, que revela a estrutura de incentivos à produção local.

Como se viu no capítulo anterior, a partir de 1985, como forma de superar os entraves ao comércio na América Latina, os países do Cone Sul intensificaram a elaboração de acordos comerciais bilaterais, nos quais uma lista de produtos era beneficiada com margens de preferência, isto é, desfrutavam de uma redução na tarifa aduaneira devida.

O Brasil firmou diversos acordos comerciais com a Argentina, Paraguai e Uruguai, estabelecendo, em nível regional, para um grupo de produtos negociados, uma preferência tarifária adicional às concedidas pelo programa do Acordo Latino-Americano de Integração (Aladi).

A negociação para a definição da lista era feita produto a produto, de modo a preservar a indústria local mas, periodicamente, novos bens eram adicionados à lista inicial e as margens de preferência concedidas anteriormente aumentadas.

Os acordos não produziram efeitos semelhantes, refletindo o fato de as preferências tarifárias mais expressivas serem concedidas pelo Brasil a seus parceiros do que destes ao Brasil.

Com isso conclui-se que o impacto dos acordos bilaterais pré MERCOSUL foram muito menos benéficos ao Brasil que aos demais países signatários, razão pela qual o país buscou a celebração do referido acordo na década de 90.

3 CONSEQUÊNCIAS DA ABERTURA ECONÔMICA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA ATUAL

O Brasil atravessou uma fase de desnacionalização e abertura de sua economia no início da década de 1990, liderada pelo então presidente Fernando Collor de Mello.

Seus efeitos foram positivos para alguns setores, que se tornaram mais competitivos, mas nocivos para outros, devido à falta de credibilidade das instituições envolvidas nesse processo e pela maneira como foram conduzidas algumas políticas públicas, principalmente no que tange às privatizações.

A falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, essenciais para o desenvolvimento econômico de uma nação, também não foram privilegiados (SILVA, 2015).

A partir dos 1990, a abertura econômica no Brasil gerou impactos na indústria, acarretando, na visão de GOMES (2009), transformações no processo produtivo, na gestão e na organização do trabalho, nas relações entre empresas, nas relações de trabalho, bem como na dinâmica espacial.

Pode-se observar que, por um lado, a abertura econômica e o imperativo de competitividade induziram as empresas a buscar modernização, terceirização, organização do trabalho, mas, por outro lado, a abertura econômica alcançou o emprego industrial nos anos 1990 ocasionando impactos negativos no mercado de trabalho.

Nesse período o desemprego cresceu, atingindo mais de 20% da PEA (população economicamente ativa). Em algumas regiões metropolitanas, aumentou a informalidade e a precarização (GOMES, 2009).

Como se viu anteriormente, no ano de 1991, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai firmaram o Tratado de Assunção, que constituiu o bloco econômico MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), para acabar com algumas barreiras alfandegárias e promover políticas econômicas entre os países membros.

A criação do bloco representou mais uma etapa da abertura econômica brasileira, ainda que a integração permanecesse restrita aos países vizinhos e com os quais o Brasil já detinha fortes laços comerciais.

As mudanças decorrentes das políticas do governo Collor trouxeram para o país algumas ideias neoliberais, que podem ser resumidas como sendo uma

redução da participação do Estado como regulador da economia e maior liberdade de atuação de empreendedores privados e do capital internacional.

A curta estadia de Itamar Franco como presidente, depois do *impeachment* de Collor em 1992, preparou a entrada do Plano Real, que resultou na eleição do sociólogo e professor Fernando Henrique Cardoso em 1994, um dos precursores desse projeto (SILVA, 2014).

No domínio ideológico, FHC, como ficou conhecido o ex-presidente, buscou uma política claramente sintonizada com as práticas neoliberais, antecipando o processo de privatizações e intencionando descentralizar a administração em diferentes partes da sociedade.

A política de juros altos – o Brasil até os dias atuais pratica as maiores taxas de juros do mundo – foi fortalecida para impedir a desvalorização do Real e combater a inflação. Com os juros altos, o país poderia atrair uma maior quantidade de dólares para o mercado brasileiro. Com mais reservas em dólares, o dinheiro brasileiro ficava relativamente valorizado e o país também ganhava confiabilidade junto aos credores internacionais. (SILVA, 2015).

Porém, nem todo investimento que chegou até o Brasil naquele momento foi bem-sucedido, pois havia quem atravessava, de alguma maneira, a cadeia econômica de produção, seja na indústria, na agricultura ou outro segmento qualquer, fazendo com que os recursos não chegassem aonde deveriam. Muitos capitais que entraram em território brasileiro foram meramente especulativos, ou seja, não produziram e não financiaram nada a não ser rendimentos para banqueiros e investidores internacionais.

Ao final de seu segundo mandato no ano de 2002, Fernando Henrique não conseguiu propagar as suas políticas materializadas em propostas concretas para o seu sucessor. Em resposta, a população brasileira elegeu Luís Inácio Lula da Silva, cuja eleição configurou um momento histórico para o país em razão do seu passado pobre e origem humilde.

Lula apostou em seu carisma e populismo para introduzir projetos sociais (Fome Zero, Bolsa Família) e estruturais PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). No plano político, e em busca de uma maior governabilidade, Lula, do Partido dos Trabalhadores – PT, buscou uma aliança com o PMDB, partido evidentemente voltado à elite agrária do Brasil (SILVA, 2014).

Apesar de uma ideologia distinta do governo anterior e da retórica pautada em questões sociais, o governo de Lula ficou bastante marcado pela manutenção da estabilidade econômica e pelo aproveitamento de uma conjuntura internacional favorável ao crescimento dos países emergentes e à valorização de nossas *commodities*, produtos primários negociáveis em bolsas de valores.

O país perpetuou a vocação agroexportadora, com destaque para a soja e o minério de ferro, assim como o fortalecimento das companhias e corporações que atuam no setor primário. Durante o decorrer do seu segundo mandato, Lula conseguiu projetar o Brasil como uma potência regional e um dos mais importantes países emergentes. Em 2010, esse clima de euforia repercutiu na vitória dos governistas nas eleições presidenciais, levando a economista Dilma Rousseff à presidência da república (SILVA, 2014).

Se levarmos em conta o período correspondente aos mandatos de Fernando Henrique e de Lula, o Brasil realmente definiu uma posição privilegiada no cenário político mundial. A estabilidade econômica iniciada pelo governo de Fernando Henrique, juntamente com as melhorias sociais e a maior credibilidade internacional conquistada pelo governo Lula, não encerraram as desigualdades existentes no país ou mesmo modernizaram plenamente a nossa estrutura produtiva, mas apontaram novos rumos para uma nação que esteve muito tempo atrelada apenas ao atraso econômico, corrupção crônica e ao endividamento externo.

Segundo SOUZA (2010), em estudo sobre os efeitos da política comercial brasileira dos anos 90 sobre a produção e o emprego, a abertura foi maior em relação às importações, beneficiando principalmente as empresas nacionais pelo vasto crescimento das importações de produtos intermediários e bens de capital.

Com a abertura, diminuiu-se a comunicação interna dos efeitos de encadeamento da produção e do emprego, que passaram a ocorrer no exterior. Essa abertura ajudou a provocar grandes *déficits* na balança comercial, o que levou o Brasil a tornar-se um pouco mais protecionista. O nível de emprego reduziu na maioria dos setores, não só como resultado da maior abertura comercial, mas também pela internalização de crises externas e pela modernização tecnológica.

Embora diante desses aspectos negativos, a indústria brasileira se modernizou, como pode ser visto pelo aumento das exportações de produtos manufaturados.

3.1 A ECONOMIA NA ATUALIDADE – 2015

Em síntese, nos anos de 2003 a 2014, o desemprego caiu de 13% para 5%. “Criou-se um circuito no qual a demanda doméstica crescia acima da expansão do PIB, que por sua vez, crescia mais do que podia” (GAMBIAGI, 2014). Entretanto, os índices voltaram a subir em 2015, sendo reflexos diretos da má condução das políticas públicas pelo governo de Dilma Rousseff.

Em análise da econômica brasileira na atualidade feita por PEREIRA (2015), os programas de incentivo à indústria brasileira custaram aos cofres públicos cerca de R\$ 1,5 trilhão desde 2006. E como resultado disso, a previsão da CNI (Confederação Nacional da Indústria) aponta que a indústria da transformação, o setor mais nobre da indústria, vai fechar 2015 representando apenas 9% do PIB.

E não é só isso: as projeções mostram que o PIB brasileiro sofrerá redução nesse ano, confirmando as afirmações dos economistas que os números de crescimento do PIB nos últimos 12 anos – atingindo os governos petistas – eram levianos e insustentáveis.

O mesmo autor também identifica que o setor industrial teve seu auge em 2004, quando chegou a ter 17,88% de participação no PIB, e desde então vem caindo ano a ano, queda esta que se agravou a partir de 2012, quando chegou a 11,81 e 10,91% em 2014. Os 9% previstos para 2015 serão o nível mais baixo registrado na série com metodologia comparável do IBGE, que começa em 2000. Os dados indicam que o Brasil está retornando a patamares pré-industrialização dos anos 1940 (PEREIRA, 2015).

PEREIRA (2015) ainda analisa que o governo do PT deu certo durante 12 anos, com apoio da população, do Congresso e de empresários, o que permitiu à presidente se reeleger, depois de quatro anos desastrosos, mas com uma campanha permeada por mentiras em verdadeiro estelionato eleitoral.

Na atualidade a inflação e o desemprego estão em alta no país e a economia em recessão.

Segundo levantamento feito pela Tanure Associados, 65% dos executivos brasileiros consideram 2015 um ano perdido, e 60% afirmam que 2016 irá pelo mesmo caminho (PEREIRA, 2015).

Com o processo atual de impeachment em andamento, a crise política vai se agravar, e a Presidente da República vai ocupar 100% de seu tempo tentando

salvar o seu mandato. Para isso, vai usar a receita que mais conhece: o fisiologismo político, a negociação de cargos e verbas, que sabemos muito bem, só vai piorar a situação do Brasil, pois o caso da Petrobrás é exemplar.

Com o acirramento da crise política, agrava-se a crise econômica e aumenta o risco do Brasil perder o grau de investimento nas outras duas agências (PEREIRA, 2015).

Partindo disso, seguindo as ideias de Pereira (2015) a seguir citamos algumas possíveis alternativas de recuperação da economia.

3.1.1 Possíveis alternativas para a recuperação da economia

Primeiro seria preciso uma abertura maior do país para o mundo, pois o Brasil é um dos países mais isolados do mundo em termos comerciais. O país nos últimos quatro anos não avançou em nenhum acordo bilateral com um país significativo e o acordo com a União Européia, como ocorre no âmbito do MERCOSUL, ficou paralisado graças à Argentina.

Com isso as exportações, cuja expansão seria uma das válvulas de escape para levantar a economia, representam apenas 13% do PIB, contra 45% da Alemanha e 32% do México. Se o Brasil continuar de fora do acordo com a União Européia, segundo a FGV, deve perder US\$ 4 bilhões em exportações por ano e se participar pode ganhar US\$ 51 bilhões em exportações (PEREIRA, 2015).

Em segundo lugar é preciso acabar com as regras de conteúdo nacional, ou seja, o governo criou regras de conteúdo nacional, supostamente para proteger e incitar a indústria nacional, mas o efeito foi o contrário. O protecionismo faz com que as organizações não se preocupem em aprimorar a produtividade e a eficiência, porque sabem que tem um mercado cativo para seus produtos. Dessa forma, as empresas são obrigadas a pagar mais caro por produtos nacionais menos eficientes (PEREIRA, 2015).

Segundo dados fornecidos pela consultoria Strategy (2015), os equipamentos nacionais no setor de óleo e gás custam 55% a mais do que os importados. Sem regras de conteúdo nacional, o custo dos bens seria menor e os fornecedores teriam que ganhar eficiência para serem mais competitivos.

Em terceiro lugar é necessário retomar as privatizações. De acordo com levantamento da ONG Contas Abertas (2015), existem 100 empresas controladas

pelo governo federal. Nesse conjunto incluem-se empresas que pertencem exclusivamente ao Poder Público e sociedades de economia mista, nas quais a iniciativa privada é uma parte minoritária. Essas estatais empregam meio milhão de funcionários e anualmente movimentam com salários, compras e investimentos um total de R\$ 1,4 trilhão, valor correspondente a 80% do PIB da Argentina (PEREIRA, 2015).

Trata-se de um resquício dos anos 70, era em que o governo criava empresas para atuar em praticamente todos os setores. “Temos um modelo antiquado, dirigista, ancorado em um Estado capturado, balofo... Precisamos de um Estado que pare de crescer e aumente sua eficiência”, diz o economista Armínio Fraga, sócio da Gávea Investimentos. (Revista Exame, 2015, p. 121).

Partindo-se da premissa que o setor privado é mais eficiente, faz mais sentido ainda vender estatais que se referem a atividades típicas do setor privado, dos quais o Estado não deveria participar com empresas, mas apenas fiscalizar sua atuação.

Segundo PEREIRA (2015, p.1):

Só a venda das ações da Petrobrás – incluindo a BR Distribuidora - cuja participação acionária do governo é de 46%, poderia render R\$ 132 bilhões. A Eletrobrás pode valer R\$ 27 bilhões. E estes valores estão depreciados. Se a Eletrobrás fosse privada, seu valor de mercado chegaria a R\$ 73 bilhões, mais de quatro vezes o valor atual em bolsa de R\$ 16 bilhões.

Segundo a Revista Exame (2015, p.68) alguns portos públicos são administrados por companhias (docas) controladas pelo governo federal. São portos muito mal administrados. Essas empresas não conseguem nem o básico, que é manter boas condições de tráfego para os navios.

Comumente a dragagem dos canais é cessada por falta de dinheiro ou por problemas na licitação dos fornecedores, e com isso grandes navios ficam impedidos de atracar.

Segundo a Revista Veja (2015, p.50), há estatais que simplesmente precisariam ser fechadas, porque nunca deveriam ter sido criadas. A Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), criada pelo governo Lula é um exemplo. Sua audiência é desprezível, de apenas 0,2% entre os telespectadores de TV, mas o orçamento de 2015 é de R\$ 534 milhões. Essa empresa poderia ser fechada que

não faria nenhuma falta. O governo gastou com publicidade oficial em 2014 cerca de R\$ 2,3 bilhões.

Segundo a Revista Exame on line (2015, p.1): “No Brasil, as empresas que passaram para mãos privadas desde 1991, como a Vale e a Embraer, tornaram-se mais eficientes e lucrativas. A experiência internacional mostra que é possível aumentar a eficiência dos serviços públicos aliviando a mão do governo.”

Portanto, em vista do exposto acima, entende-se que a venda das estatais importaria forte arrecadamento de recursos para o governo, permitiria que essas empresas fossem mais eficientes, lucrativas e valiosas, e livraria o país de milhares de cargos de confiança ocupados por apadrinhados e indicados por políticos, que são fonte de ineficiência e corrupção. (REVISTA EXAME, 2015).

Outra alternativa, citada por PEREIRA (2015), seria a diminuição do papel do BNDES, pois segundo algumas análises, o BNDES é uma das principais causas para as taxas de juros excessivamente elevadas que se observam no Brasil. Isso ocorre porque anulam parte da ação do Banco Central ao fornecer crédito subsidiado, abaixo das taxas de juros praticadas pela autoridade monetária e de outro lado por servir às grandes empresas, ou seja, justamente aquelas que não precisariam de recursos deste tipo. Cerca de 70% da carteira do banco é representado por empresas com faturamento acima de R\$ 130 bilhões.

E como última sugestão, seria imprescindível reformar a previdência, pois para ALVES (2015): “O Brasil tem 81% da população em idade de trabalhar e para chegar ao padrão das economias avançadas, 70% deveria estar ocupado, mas apenas 35% efetivamente o estão”.

“O Brasil precisaria abrir 22,7 milhões de vagas para contabilizar positivamente o bom momento demográfico. Em vez disso as taxas de desemprego só fazem aumentar, sem perspectiva de melhora em curto prazo”. (PEREIRA, 2015, p.3).

Na próxima década, a população em idade ativa crescerá menos do que a que não está apta ao mercado de trabalho. Na seguinte, declinará em números absolutos, e aí a janela demográfica se fecha. É preocupante. A queda da mão de obra em um quadro de estagnação da produtividade significa o fim do desenvolvimento.

O culpado disso, segundo PEREIRA (2015), é o próprio governo que incentivou tremendamente o consumo em vez de optar por aumentar o investimento no país.

“O governo Dilma Rousseff não resolveu entraves que ajudariam o Brasil a avançar e atrair dinheiro como fazer uma reforma tributária, investir em infraestrutura para reduzir custos de logística e estimular a indústria de bens de capital com alta tecnologia. Agora, colhemos os resultados”. (ALVES, 2015, p.5).

Pesquisas mostram que 10 milhões de jovens estão fora do mercado de trabalho e nem estudando estão. Enquanto isso a porção mais velha da população está aumentando, e em 2040 já será maior do que a de crianças. “Ambos são financeiramente dependentes, mas a criança gasta menos do que o idoso” (PEREIRA, 2015).

Também de acordo com a Revista Veja (2005, p. 12-17) em quarenta anos o contingente de idosos vai triplicar, consumindo recursos que deveriam ir para investimentos. O Brasil corre o risco de ficar velho, antes de ficar rico. Para minimizar este desastre anunciado, o Brasil precisa elevar a taxa de crescimento para algo entre 4% a 5% ao ano, além de incentivar o máximo possível de pessoas a entrarem no mercado de trabalho.

“A assistência social, incluindo a Previdência, consome 10% do PIB. Em 2016, o rombo da Previdência vai chegar a R\$ 120 bilhões. A população brasileira está em processo de envelhecimento e se a bomba-relógio fiscal da Previdência não for desmontada, ficará no médio prazo, inviável o próprio pagamento de benefícios e pensões para os brasileiros.” (PEREIRA, 2015).

Desmontar a bomba relógio significa mudar as regras da Previdência, começando por estabelecer uma idade mínima para aposentadoria de no mínimo 60 anos, caminhando para 65 anos com regra de transição e igual para homens e mulheres.

Portanto, levando-se em consideração que a carga tributária brasileira de 36% do PIB é uma das maiores do mundo, se as reformas necessárias não forem feitas até 2040, ela precisaria chegar a 50% do PIB para sustentar os gastos públicos, percentual que é inimaginável.

Por fim, saliente-se que para o país prosperar economicamente seriam necessárias outras reformas, tais como a reforma política e a reforma tributária principalmente, temas que passam muito longe das pautas do Congresso.

CONCLUSÃO

O objetivo principal deste estudo foi apresentar uma reflexão sobre a abertura econômica no Brasil nos anos de 1990 e seus principais impactos para a economia atual. Partindo disso, vimos inicialmente que no Governo de Fernando Collor de Mello a política de abertura econômica indiscriminada ao exterior, inspirada no neoliberalismo, afetou a base da indústria nacional, provocando a desintegração/desarticulação da cadeia produtiva, acarretando na “destruição” de parte significativa da estrutura e do emprego.

Em relação às exportações pós-Plano Real até o ano de 2003, a economia brasileira obteve uma sensível evolução, principalmente quanto às atividades produtivas modernas instaladas no parque industrial nacional, que passaram a concorrer com o mercado internacional em igualdade e condições, além do aumento de fusões e aquisições ocorridas no cenário produtivo que incrementou as exportações e importações dos produtos competitivos e de qualidade. Isto foi possível dada à credibilidade que o Brasil passou a ter em função da gradual inserção da economia no contexto mundial.

Buscando-se responder ao objetivo inicial e de acordo com a revisão de literatura vista neste estudo, acredita-se que as mudanças resultantes da abertura econômica afetaram a indústria nacional e influenciaram a economia atual. De um lado, houve falências, fusões, aquisições de empresas, privatizações contribuindo para redução dos postos de trabalhos e deterioração das relações de trabalho e, do outro lado, as empresas passaram a buscar por inovações tecnológicas mais efetivas, por novas formas gestão da mão-de-obra e por estratégias de produtividade e qualidade para fazer frente à concorrência internacional.

Porém, não foi somente a abertura comercial que influenciou a economia. Talvez por falta de visão, o governo de Dilma Rousseff, por exemplo, incentivou tremendamente o consumo, em vez de optar por aumentar o investimento no país. Idealizada pelo ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, essa matriz econômica gestada na época de Luiz Inácio Lula da Silva é uma das razões para a crise atual.

Dilma não resolveu entraves que ajudariam o Brasil a avançar e atrair dinheiro, como fazer uma reforma tributária, investir em infraestrutura para reduzir custos de logística e estimular a indústria de bens de capital com alta tecnologia,

com isso o país teve uma desaceleração muito forte de sua economia, chegando à beira da recessão. Por fim, acredita-se que o rebaixamento do grau de investimento do país também contribuiu de forma significativa para a piora da economia brasileira, afastando investidores ao invés de atraí-los.

Além disso, podemos salientar que a “crise econômica” vivida atualmente trará reflexos negativos para a economia brasileira dos próximos anos, haja vista que as bases da crise ultrapassam o patamar econômico: elas invadem o contexto político que está extremamente fragilizado diante dos desdobramentos da Operação Lava Jato que investiga a corrupção na Petrobrás, além do atrito criado entre oposição e situação, sem esquecer de mencionar o desgaste entre a própria Presidente e o Presidente do Congresso Nacional.

Portanto, *ex positis*, conclui-se que a abertura econômica brasileira ocorrida nos anos 1990 foi essencial para o crescimento da economia pátria, sobretudo trazendo concorrência ao produto interno, obrigando o parque industrial nacional a se modernizar, muito embora tenha havido queda nos índices de emprego. Porém, como visto, tal medida foi fundamental para a

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio. Entrevista Páginas Amarelas. *Veja*. Disponível em: <<https://blogdaabep.wordpress.com/2015/07/22/entrevista-revista-veja-demos-as-costas-ao-bonus-jose-eustaquio-alves/>>. Acesso em: 29 out. 2015.

ANJOS, Maria Anita dos. Economia Brasileira. 2008. Disponível em: <<http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/economia/4.pdf>> Acesso em: 14 mai. 2015.

BRASIL. Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. *Exposição de Motivos n.395*. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. *Exposição de Motivos n.47*. Brasília, 1994.

CARVALHO, Carlos Eduardo. *O fracasso do plano Collor: erros de execução ou de concepção?* Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n2p283_331.pdf> Acesso em: 12 mai. 2015.

_____. *As origens e a gênese do Plano Collor*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512006000100003&script=sci_arttext> Acesso em: 10 mai. 2015.

CURY, Anay; GASPARIN, Gabriela. *Planejado contra hiperinflação, plano Collor deu início à abertura econômica*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/planejado-contrahiperinflacao-plano-collor-deu-inicio-abertura-comercial.html>> Acesso em: 12 mai. 2015.

FERRARI FILHO, Fernando. The legacy of the Real Plan. In paper presented at the centre for Brazilian Studies. University of Oxford, 2001.

GOMES, Maria Terezinha. *A abertura econômica no Brasil e suas implicações na indústria em cidades médias do oeste paulista*. In Caminhos de Geografia – revista on line. 2009.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Caminhos Cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Editora 34, 2004.

LANGONI, Carlos. *A crise dos anos 1980*. São Paulo: Atlas, 2003.

HORN, Gustavo Henrique. *Pobreza e mercado de trabalho: cálculo de uma linha de pobreza absoluta para a Região Metropolitana de Porto Alegre*. In: INDICADORES ECONÔMICOS FEE. Porto Alegre, v.21, n.4, p.185-200.

KUMEI, Honorio. *A política brasileira de importação no período de 1987-1988*. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Capitulo_1_politica.pdf> Acesso em: 29 out. 2015.

MARTINS, Flávio. *Bloco econômico*. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, Edson. Economia brasileira 2015 – problemas e soluções. 2015. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/economia-brasileira-2015-problemas-e-solucoes/90434/>> Acesso em: 29/10/2015.

RESENDE, André Lara. *Inflação inercial e reforma monetária* In: ÁRIDA, Pêrsio (org) *Inflação zero - Brasil, Argentina e Israel*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 35p.

REVISTA EXAME. Só choque de capitalismo resolveria o caos nas contas públicas. 2015

SILVA, Júlio César Lázaro da. *Resumo Histórico-Econômico do Brasil: A Recuperação Econômica e a Ascensão do Brasil como Potência Regional*. Brasil Escola. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/geografia/resumo-historico-economico-brasil-recuperacao-economica-ascensao.htm>> Acesso em: 23 out. 2015.

SOUZA, Nali de Jesus. *Consequências econômicas da abertura comercial da economia brasileira*, Disponível em: <http://www.nalijosouza.web.br.com/downloads/outros-textos/economia-brasileira/conseq_abertura.pdf> Acesso em: 23 out. 2015.

VIEIRA, Aquiles. *A abertura da economia brasileira e os aspectos práticos e operacionais da exportação*. In: DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA. Porto Alegre: 2003.